

**INTERVENÇÃO SOCIAL EM REDE:
AS CONTRADIÇÕES CONCEITUAIS E DESAFIOS PARA
COMPREENDER O PAPEL DOS ATORES SOCIAIS NAS
ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA**

**SOCIAL INTERVENTION IN NETWORK:
THE CONCEPTUAL CONTRADICTIONS AND CHALLENGES
TO UNDERSTAND THE ROLE OF SOCIAL ACTORS IN
COLLECTIVE ACTION STRATEGIES**

Joaquim Fialho

Investigador integrado no CLISSIS e professor no Instituto Superior de Gestão

Orcid: 0000-0003-0168-8401

DOI: <https://doi.org/10.34628/k9fk-rw50>

Data de submissão / Submission date: 16.11.2022

Data de aprovação / Acceptance date: 03.12.2022

Resumo: As relações sociais vivem um processo de reestruturação e ressignificação. A organização da vida em rede é um dos saltos mais significativos nas sociedades desenvolvidas. Hoje, vivemos num quadro de relações sociais híbridas que se estruturam em dinâmicas presenciais (face a face) e dinâmicas potenciadas por redes sociais digitais.

Este artigo oferece uma clarificação do conceito de rede social, a forma como se foi consolidando nas ciências sociais e humanas e, apresenta uma breve introdução sobre a metodologia de análise de redes sociais. A ambição final é disponibilizar alguns contributos que a aplicação da metodologia de análise de redes sociais pode fornecer aos interventores sociais, designadamente nos trabalhos que implicam lógicas de cooperação e partilha de recursos entre organizações.

Trata-se de um debate inicial sobre as potencialidades da aplicação da análise de redes sociais na definição de estratégias de ação coletiva pelos atores sociais que têm responsabilidades no diagnóstico e resolução de problemas sociais.

Palavras-chave: Redes sociais; Análise de redes sociais; Intervenção social; Estratégias de ação coletiva.

Abstract: Social relations are in the process of restructuring and resignification. The organization of network life is one of the most significant leaps in developed societies. Today, we live in a framework of hybrid social relationships that are structured in face-to-face dynamics (face to face) and dynamics enhanced by digital social networks.

This article offers a clarification of the concept of social networking, the way it has been consolidated in the social and human sciences and presents a brief introduction on the methodology of social network analysis. The ultimate ambition is to make some

contributions that the application of the social network analysis methodology can provide to social actors, in work involving logics of cooperation and sharing of resources between organizations.

This is an initial debate on the potentialities of the application of social network analysis in the definition of collective action strategies by social actors who have responsibilities in the diagnosis and resolution of social problems.

Keywords: Social networks; Social networks analysis; Social intervention; Collective action strategies.

Redes sociais: para uma clarificação do conceito

Estamos a viver um momento histórico na (re)estruturação das relações sociais. A consolidação da internet nas sociedades desenvolvidas e a revolução reticular que as redes sociais digitais impuseram na vida em sociedade, constituem uma revolução social com impacto direto na forma como comunicamos e nos organizamos no quadro de interações sociais. As redes primárias, pautadas por interações face a face estão a ser absorvidas pelas redes sociais digitais (online ou virtuais).

Como consequência direta da digitalização da vida, o nosso quotidiano sofreu uma diversidade de metamorfoses. A nossa vida continua estruturada em redes sociais. Porém, estas redes têm agora como base a tecnologia que funciona como complemento e elemento central na interação. A vida em rede tornou-se híbrida. Entre as relações sociais face a face e as relações sociais suportadas pelo digital.

Assistimos, também, a uma desterritorialização das relações sociais. O lugar físico, como a casa, trabalho, escola, etc., outrora palco privilegiado das relações sociais, está agora aberto a uma imensidão interações que ocorrem a partir de ecrãs de smartphones, tablets ou computadores. A ecranização das relações sociais, encurta distâncias, mas, também, destrói os limites entre o espaço público e o espaço privado.

Compreender as novas configurações da vida em sociedade constitui um desafio para as ciências sociais. Estão a surgir novas relações de sociabilidade assentes na intermediação digital. O tempo está a perder o limite, outrora definido pelo desempenho de papéis sociais: o tempo para o trabalho, família e amigos. Nesta nova configuração das relações sociais estamos a construir uma sociedade ofegante que vive num constante sentimento de falta, pois há

sempre algo a acontecer no palco digital, há um email que chega pela noite dentro, há um relatório para ler. Há sempre algo que nos imputa um sentimento de falta. A vida digital traz-nos benefícios, mas também condiciona a nossa liberdade de ação.

As redes sociais são atualmente um conceito repleto de sentidos e contrassentidos. Para esta confusão concetual, muito tem contribuído, recentemente, a digitalização das relações sociais, potenciada pela massificação e consolidação das redes sociais digitais, como por exemplo o Facebook, Instagram, Twitter, etc.

As redes sociais, em sentido lato, são uma dinâmica de interações que se estabelecem entre atores sociais: pessoas, grupos ou organizações. Estas interações sociais materializam-se em relações de troca, partilha, amizade, intercâmbio, cooperação e uma imensidão de laços que se estruturam no ecossistema reticular.

As relações de sociabilidade que se estruturam nas redes sociais tendem, cada vez de forma mais acentuada, a interagir em campos espaço-temporais mais complexos e intensos, desenvolvendo uma ressignificação das identidades individuais ou coletivas, que nos coloca perante uma multidimensionalidade analítica sobre o “fenómeno” rede social no mundo atual, cruzando as dimensões espaço, tempo e sociabilidade.

Apesar da tradição filosófica de cerca de uma centena de anos, na década de noventa, os estudos sobre redes passaram a beneficiar de uma multiplicidade de significados associados à globalização, sociedade da informação e à cibercultura. Hoje, a rede remete-nos para uma conceção ampla que decorre do uso em vários domínios: redes organizacionais, redes informáticas, redes digitais/virtuais, redes de comunicação, entre outras, num quadro de heterogeneidade, condicionado pelo marco teórico e pelas opções metodológicas que nos ajudam a compreender a rede.

Em 2018, face à diversidade de conceitos existentes na literatura, apresentei uma tentativa de clarificadora do conceito de rede social com a ambição de contribuir para o debate sobre o que se deve (ou pode) entender por rede social. Assim:

uma rede social pressupõe um conjunto de nós que se

encontram em interligação regular e que estimulam uma dinâmica e evolução da rede muito própria. Uma rede social é um conjunto de pessoas, grupos, organizações, etc. (atores) que se encontram ligados (nós) por relacionamentos sociais, imbuídos, por exemplo, por lógicas de cooperação, partilha, amizade (tipo de laços) e, através destas interações, desenvolvem e dinamizam uma estrutura social com uma identidade relacional muito própria, formando um ecossistema da rede (Fialho et al,2018, p.20).

Reportando-se a Melucci (2021), Marteleto (2018, p.32) apresenta também um conceito que enfatiza os processos de socialização, diferenciando redes primárias e redes secundárias. Deste modo, as redes sociais são:

formas de ação coletiva que resultam de um processo social mais amplo, sejam as redes primárias, que se configuram no processo de socialização dos indivíduos como um processo autónomo, espontâneo e informal, sejam as redes secundárias, que se formam pela atuação coletiva de grupos, instituições e movimentos que se orientam por interesses comuns. Quando associadas a ações de mobilização e participação de movimentos sociais nas sociedades complexas, funcionam como redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade que diferem em vários planos da imagem do ator politicamente organizado. Trata-se de uma transformação relevante do modelo organizativo dos movimentos sociais e das formas emergentes de conflitos em sociedades de alta complexidade.

No final dos anos noventa, partindo da globalização como objeto de análise, a trilogia de Manuel Castells (1999 e 2000) foi uma das obras que mais contribuiu para a discussão “recente” em torno do conceito de rede na teoria social. O argumento de Castells consubstanciava-se na tese de que o capitalismo está cada vez mais articulado em redes mundiais de circulação de capitais e produtos, e que

isso tem um impacto preponderante nas pessoas e no mundo. Segundo Castells, as redes são globais; as identidades, embora possam ser estimuladas pelo processo de globalização, são locais. Igualmente, a massificação das redes sociais digitais, que estamos a presenciar, remete-nos para um quadro de complexidade em que importa compreender a arquitetura das interações sociais que daí resultam.

As redes sociais são redes de comunicação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais e relações de poder, tendo surgido nos últimos anos como um padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, ideias políticas e económicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a resolver alguns problemas atuais. São a manifestação cultural, a tradução em padrão organizacional, duma nova forma de conhecer, pensar e agir. Com influências do pensamento sistémico, as redes dão origem a novos valores, novas formas de pensar e a novas atitudes.

Quando se realiza uma análise histórica, desde os estudos clássicos até os mais recentes, há um consenso de que não existe uma “teoria das redes sociais”, ou seja, o conceito pode ser utilizado simultaneamente em várias teorias sociais. Face a esta constatação, torna-se indispensável a utilização de dados empíricos complementares, além da identificação dos elos e relações entre indivíduos, bem como o recurso a várias teorias sociais para explicar as interações entre os atores sociais no contexto dos vários fenómenos sociais.

Os estudos de redes sociais, nos últimos anos, têm permitindo a edificação de uma compreensão mais inovadora da nossa sociedade, a qual extrapola os princípios tradicionais, aqueles onde o elo social tem sido visto como algo que é estabelecido em função de papéis instituídos e das funções que lhes correspondem (Marinete, 2010). Hoje, o conceito de rede social tradicional vive numa charneira complexa entre a digitalização das relações sociais (redes digitais) e as relações face a face (redes tradicionais). Em comum, ambos os conceitos nos remetem para lógicas de interação social entre atores, cuja complexidade e características pressupõem diferentes contextos para estruturação das relações sociais.

O conceito de rede social, tal como referido anteriormente, tem sido utilizado nas ciências sociais e humanas de diferentes modos e

sentidos. Num sentido mais metafórico, refere-se a uma conceção da sociedade como sendo construída por redes de relações interpessoais ou intergrupais. A noção de rede é também utilizada como instrumento de análise de redes e conexões, sendo mapeadas e classificadas no seu número, intensidade e qualidade de elos.

A estruturação do conceito de rede social nas ciências sociais: uma síntese

As redes sociais são redes de comunicação que envolvem uma linguagem simbólica, limites culturais, relações de troca e de poder.

As redes sociais, tal como referido anteriormente, constituem um novo padrão organizacional capaz de expressar, através da sua arquitetura de relações, ideias políticas e económicas de carácter inovador, com a missão de ajudar a resolver alguns problemas atuais. São a manifestação cultural, a tradução em padrão organizacional, de uma nova forma de conhecer, pensar e fazer política e de definir estratégias (Fialho, 2020).

Foi durante os anos 30 que alguns dos principais psicólogos da *Gestalt* abandonaram a Alemanha nazi para se instalarem nos Estados Unidos. Entre eles destacam-se nomes como Kurt Lewin, Jacob Moreno e Fritz Heider. Estes psicólogos partiram movidos pelo interesse de estudar as relações sociais em pequenos grupos. Kurt Lewin debruçou-se sobre o conceito de «distância social», a sua formalização matemática e representação gráfica. Jacob Moreno dedicou-se ao desenvolvimento da sociometria, não como uma simples técnica, mas sim como um paradigma que procurava substituir algumas das teorias sociais anteriores. Por outro lado, Heider advogou a ideia de que uma rede de relações interpessoais se deve pautar por um equilíbrio («*balanço*» ou «*equilíbrio*»). Esta ideia foi também retomada por F. Harary, Norman e Cartwright (1965) através da aplicação da análise de grafos à análise social. Apesar do avanço que representou a aplicação e desenvolvimento da teoria dos grafos na análise de redes sociais, os estudos empíricos demonstram que não era possível encontrar este equilíbrio no sistema de relações. Contudo, a noção de

«balanço» veio influenciar importantes estudos sobre os processos de transmissão de doenças resultantes de cadeias de contactos. Esta aplicação à teoria dos grafos foi acompanhada pela descoberta por parte de outros autores que as relações sociais se podiam representar através de matrizes, o que permitiu tratar matematicamente os sistemas sociais (Wasserman & Faust, 1998; Molina, 2001, Fialho, 2020).

O desafio de Moreno assentava no estudo da influência que a estrutura de relações tinha na saúde mental e a articulação com os pequenos grupos que envolvem os indivíduos nos «agregados familiares» mais amplos, como por exemplo o Mercado e o Estado. Para operacionalizar este trabalho, Moreno desenvolveu as técnicas quantitativas de recolha de dados relacionais (questionários em que se solicitava a eleição de outros membros do grupo em função de diferentes critérios) e procedendo à sua apresentação gráfica através do recurso aos sociogramas. As esperanças depositadas na sociometria (segundo Moreno capaz de abranger a cidade inteira de Nova York) aos poucos foram sendo logradas. Os sociogramas, através da sua representação gráfica, são efetivamente ferramentas úteis e intuitivas para avaliar as relações entre um número limitado de nós. A partir do momento em que o número de nós passa para cerca de 15 ou 20, os sociogramas tornam-se mais difíceis e complexos de interpretar e, além disso, a disposição dos «nós» fica totalmente ao critério do investigador. Porém, este tipo de análise não tomava em consideração os nós isolados.

A ênfase da sociometria na observação e na recolha sistemática de dados, o esforço para quantificar e formalizar as relações sociais e a teorização sobre as propriedades das redes sociais conceptualizadas através do recurso aos grafos, foram alguns dos pontos de mais relevantes desta perspetiva e que em muito contribuíram para a discussão do conceito de rede social e para o desenvolvimento da análise de redes sociais enquanto metodologia.

Perante os vários progressos na interpretação das redes sociais, a atual emergência de novos valores e novas formas de pensar está intimamente associada ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação, às inovações e novas descobertas do pensamento científico, à globalização, à evolução da cidadania, às novas

formas de organização social, bem como à evolução do conhecimento científico.

O que distingue as redes sociais das redes espontâneas e naturais reside na intencionalidade dos relacionamentos e nos objetivos comuns estabelecidos entre os elementos que nelas (redes) interagem. Contudo, apesar destas características especiais, a forma de operar das redes sociais traduz princípios semelhantes aos que regem os sistemas vivos. Deste modo, um passo decisivo para entender as dinâmicas próprias do trabalho em rede é, entender como a vida natural sustenta e se autoproduz, pois, o conceito de rede foi criado a partir do estudo dos sistemas vivos (Fialho, 2020).

A gênese do conceito de redes sociais está, também, ancorada na Antropologia Social e conduz-nos até à análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco de Claude Lévi-Strauss na década de 40. Neste contexto, a ideia de rede social é orientada para a análise e descrição dos processos sociais que envolvem conexões que ultrapassam os limites dos grupos e categorias.

Na década de 50, Radcliffe-Brown introduz o conceito de rede social total para caracterizar a estrutura social enquanto rede de relações institucionalmente controladas ou definidas. Aqui, a rede social é entendida como uma rede na qual todos os membros da sociedade ou parte dela, se encontram envolvidos.

Com influências do pensamento sistémico, as redes dão origem a novos valores, novas formas de pensar e a novas atitudes. Em 1954, Barnes utilizou o conceito de rede social (*social network*) para analisar a importância da amizade, parentesco e da vizinhança como relações informais e interpessoais na produção e integração dos pescadores numa pequena comunidade. Para Barnes a vida social era considerada um conjunto de pontos (nós) que se estruturavam em teias de relações.

Elizabeth Bott (1976) foi uma das primeiras antropólogas a utilizar o conceito de rede como uma ferramenta para a análise de relacionamentos entre pessoas e os seus elos pessoais em múltiplos contextos. Estudou a vida dum determinado número de famílias britânicas ao nível das relações de parentesco, tendo por base do estudo o desenho de redes. Nestes estudos o enfoque está direcio-

nado para as questões do tamanho da rede, o número de unidades de rede e os efeitos da relação entre os seus elementos. Em síntese, o enfoque destes estudos procuraram entender a tipologia de contactos entre um determinado conjunto de indivíduos, o tipo de *vínculos* que se estabelecem, as relações descontínuas, a importância dos papéis que os indivíduos definem para si nas relações, a sua intensidade, durabilidade e frequência.

Os anos 80 foram pródigos em desenvolvimentos metodológicos ao nível da teoria da ação. Três grandes linhas de investigação se sobressaem: a) “o trabalho sobre os constrangimentos impostos pela posição na rede sobre a ação, que levou ao conceito de autonomia estrutural de Burt e de *embeddedness* em Granovetter; b) a investigação referente às redes sociais como oportunidades ou recursos para atingir determinados fins, que é o caso do conceito de capital social desenvolvido por Coleman e Granovetter, entre outros; c) e os temas da influência e difusão de inovações desenvolvidas por vários estudiosos, como Marsden, Friedkin, Burt e Valente, que postulam uma visão mais dinâmica da análise de redes, pois vêm-nas como canais que os atores utilizam para influenciar os comportamentos de outros” (Galaskiewicz & Wasserman, 1993; citados por Varanda, 2000, p.93).

Nos nossos dias o centro da investigação em análise de redes sociais centra-se em quatro pontos essenciais: a) A utilização de métodos estatísticos possibilita aferir proposições relativas às propriedades da rede em detrimento da simples explicação; b) O avanço no *software* estatístico que permite a visualização das redes; c) As significativas melhorias ao nível da recolha de dados, conseguindo-se uma informação mais precisa e válida; d) Melhoria nos métodos de análise de dados longitudinais (Wasserman & Faust, 1998).

Para Lazega & Higgins (2014, p.7):

Uma rede social (metáfora do sistema de interdependências) é definida metodologicamente (por razões técnicas) como um conjunto de relações específicas (por exemplo, colaboração, apoio, aconselhamento, controle ou ainda influência) entre um conjunto finito de atores.

A abordagem normativa das redes sociais tem como ambição encontrar formas de estruturação de um dado conjunto de entidades, de modo a alcançar determinados objetivos. A título de exemplo, a descodificação da estruturação dos fluxos e tarefas no interior de uma instituição social, de forma a se alcançar uma melhoria das respostas sociais, pode funcionar como um elemento de diagnóstico de problemas de comunicação na vida da instituição.

A abordagem da análise das redes sociais (ARS), considera as redes não apenas como metáfora da estruturação das entidades na sociedade, mas também como método para a descrição e a análise dos padrões de relação nela presentes. O desafio da análise de redes sociais é estudar a ordem social em termos relacionais: as entidades (pessoas, organizações, ações, eventos, textos) são interdependentes e mutuamente constitutivas, e a estrutura surge como padrões nestas interdependências. A análise de redes sociais (SNA) não é a única abordagem disponível para estudar a relação social (temos contributos de Granovetter (1973), Burt (1992), Bourdieu (1980 e 1985), Elias (2004), Latour (2005), ou interação simbólica, por exemplo), mas está entre as metodologias mais versáteis, e oferece uma diversidade de ferramentas para explorar e mapear sistematicamente a dinâmica relacional da vida social.

A vida em rede e a reestruturação das relações sociais

A massificação da internet veio possibilitar o desenvolvimento de uma multiplicidade de interações sociais que configuram um novo quadro de relações de sociabilidade. A vida social tornou-se híbrida. Hoje, conciliamos as interações tradicionais (face a face) com interações digitais, com amigos e desconhecidos, colegas de trabalho, familiares e uma diversidade de pessoas, grupos e organizações. A vida em rede afirmou-se como uma dinâmica de interação social que veio provocar uma reestruturação no comportamento humano e, conseqüentemente, nas relações sociais.

As implicações no comportamento humano, instigadas pela era da digitalização, são infinitas. Os avanços tecnológicos introduziram

dinâmicas de interação que ocupam novas centralidades. A *internet* tornou-se um bem essencial e, concomitantemente, o combustível para as novas formas de interação social. O uso generalizado das redes sociais, símbolos da revolução digital, e a celeridade com que se apropriaram do nosso espaço e tempo quotidiano são, indiscutivelmente, o maior sinal da penetração do digital nas nossas vidas. Independentemente da faixa etária, profissão, habilitações escolares ou género, o tempo consumido digitalmente, num computador ou *smartphone*, é cada vez mais elevado. Estar ligado, tornou-se numa dinâmica de regularidade de cidadãos como nós, ou seja, *Homo digitalis*. O ritual de estar ligado é, hoje, um comportamento que caminha para uma normalização social. É como uma ficha que se encontra ligada a uma tomada elétrica para nos fazer viver e sentir a dinâmica das «coisas». É uma energia que nos mantém ligados ao mundo e à vida em sociedade. (Fialho, 2023, pp.16-17).

Assistimos a uma popularização da temática “redes”, que atualmente se constitui em agenda importante em trabalhos de investigação, academia, comunicação social e na generalidade da vida quotidiana. As pessoas, grupos e organizações estão agora mais ligados do que nunca. Há cada vez uma maior presença das redes sociais digitais no quotidiano das pessoas. Esta súbita envolvimento das redes sociais digitais na rotina diária das pessoas constitui uma alteração significativa na forma como nos estruturamos.

Estamos, também, a viver uma certa histeria coletiva com as redes sociais digitais em que os seus utilizadores se apropriam das plataformas para momentos de exteriorização de conteúdos cuja classificação se situa entre um quadro de moderação e um quadro de irracionalidade patológica (Fialho, 2020).

O ser humano é eminentemente social e necessita do estabelecimento de interações sociais para satisfação e integração num determinado grupo e/ou comunidade. Em oposição a este princípio elementar da vida em sociedade, a solidão surge como um estado de alguém vive afastado do mundo ou isolado do meio ou grupo

social. Não pretendo aqui construir uma tese maquiavélica sobre os consumos de produtos digitais e a sua implicação direta nos processos de solidão digital. Porém, parece-me, que estamos perante um novo quadro axiológico de relações sociais que secundarizam a função presencial, o *face to face* (Fialho, 2018). Parece contraproducente que, no mundo das redes, tenhamos de trazer para o debate as novas formas de solidão. (Fialho, 2020). Num mundo cada vez mais ligado, o que nos torna mais distantes? Fica a questão para reflexão de cada leitor.

As relações sociais estão em processo permanente de transformação social. A ordem digital está a impor-nos, silenciosamente, uma dominação sem resistência.

Somos guiados por algoritmos que nos impõem a sua ordem. A ordem digital que subverte a nossa capacidade de pensar e agir. Acomodamo-nos aos estímulos do digital. O nosso cérebro deixa-se guiar pelo instinto digital, impondo-nos uma espécie de apatia cerebral. Uma dominação e, simultaneamente, inércia à imposição da ordem digital. Reagimos e não agimos. (Fialho, 2023, pp.16-17).

A compreensão da solidão no quadro da pós-modernidade deve implicar um olhar para o ritmo alucinante das transformações sociais e para as configurações que a dinâmica social virtual incute aos atores sociais. Este individualismo egoísta e paradoxal, construído e alicerçado pelas lógicas consumistas, pela valorização do material, e pela hipócrita rejeição do outro, tem conduzido a uma sociedade dos bens materiais, em detrimento duma sociedade de valores alicerçados na solidariedade e na partilha (Fialho, 2020). As redes sociais digitais são, na atualidade, um espaço que incita a um turbilhão de necessidades de consumo, lazer, racismo, xenofobia, exposição do corpo, constituindo um novo laboratório social para os cientistas sociais. Hoje, o ciberespaço é, por excelência, é um fenómeno social que resulta de uma imensidão de interações entre sujeitos/utilizadores, pelo que não deve ser analisado como algo material, objeto visível e tangível. Esta análise deve remeter-nos

para uma visão holística sobre os tipos e dinâmicas das intensidades de interação que aí se formam, considerando também uma análise atomista que considere as relações que se estruturam entre as partes e que configuram o todo. Os desafios da descodificação da vida em rede são enormes, pois, como todos sabemos, as tecnologias digitais incutiram na organização social um novo quadro de relações sociais (virtuais) que complementa as tradicionais (face a face).

Esta mudança, resultante da penetração das redes sociais digitais trouxe, também, novas possibilidades para se investigar as relações mediadas pelas tecnologias digitais. Os rastros digitais e a quantidade massiva de dados que deixamos, sem resistência, online fizeram surgir um mercado de ferramentas e softwares para análise das redes sociais digitais. Explorar e compreender as configurações e dinâmicas das redes sociais digitais é, atualmente, em um enorme desafio.

Compreender a estruturação das relações sociais a partir da análise de redes sociais

A análise das redes sociais é um paradigma sociológico que tem a ambição de analisar os padrões de relações sociais: estrutura das relações sociais (Scott, 2000, Wasserman & Faust, 1998, Wellman & Berkowitz, 1988, Fialho, 2020). A análise de redes sociais recorre a um conjunto de métodos e medidas para identificar, visualizar e analisar as redes pessoais informais ou formais dentro e entre organizações, redes de cooperação, partilha, solidariedade, amizade entre pessoas, grupos e organizações.

Moreno influenciou fortemente o campo da análise das redes sociais nos anos 30 com o desenvolvimento da sociometria. Este contributo permitiu, através de grafos ou sociogramas, conceptualizar as estruturas de pequenos grupos produzidos através de padrões de amizade e interação informal. Posteriormente, o contributo da sociometria foi assumido e avançado como o campo da “dinâmica de grupo”, que foi altamente relevante nos EUA nas décadas de 1950 e 1960.

Neste período, a escola americana e britânica de análise de redes sociais tinha como foco a preocupação com as propriedades estruturais das redes de relações sociais e com a introdução de conceitos para descrever estas propriedades. Na década de 1970, a *Social Network Analysis* (SNA) ganhou ainda mais força através da crescente aplicação em áreas como a geografia, economia e linguística.

Atualmente, há duas grandes áreas de investigação: estudos comunitários e relações interorganizacionais. A SNA permite avaliar muitos tipos de interações complexas entre pessoas e entidades, descodificar redes de contágio como, por exemplo, os contactos entre pessoas infetadas pela COVID-19, trocas de bens e serviços, relações de influência e partilha, cooperação e comércio.

Wellman (1997), citado por Fialho (2020), num artigo fundamental sobre o tema, desmonta um conjunto de contradições conceituais e metodológica sobre o foco da análise de redes sociais.

A análise estrutural (ou de redes) tem confundido muitos cientistas sociais. Alguns rejeitaram-no como uma mera metodologia que carece de mérito suficiente para lidar com questões substantivas. Alguns fugiram dos seus termos e técnicas estranhas (...) Alguns descartaram uma parte do todo, apontando, por exemplo, que os seus estudos sobre a estrutura de classe não exigem um foco nos laços de amizade sublinhados pela análise da rede. E outros têm defendido algo que não tem nada de novo, argumentando que eles também estudam a “estrutura social”. Outros foram aparafusados a variáveis como a “densidade” da rede, como um “termo-compressor”, com o fim de conduzir a variação explicada. Outros ainda, atraídos pela possibilidade de estudar estruturas não hierárquicas, não-grupais, expandiram a análise estrutural para uma ideologia de rede que defende comunidades iguais e abertas. Alguns até passaram a usar o termo *network* como verbo, ou *networking* como um substantivo, para defender a criação e o uso deliberado das redes sociais para fins desejáveis – como conseguir emprego ou a integração de comunidades» (pp. 47-49).

Com a metodologia de análise de redes sociais é possível capturar, armazenar, visualizar e analisar dados relacionais; ou seja, dados relativos às relações entre entidades específicas (por exemplo,

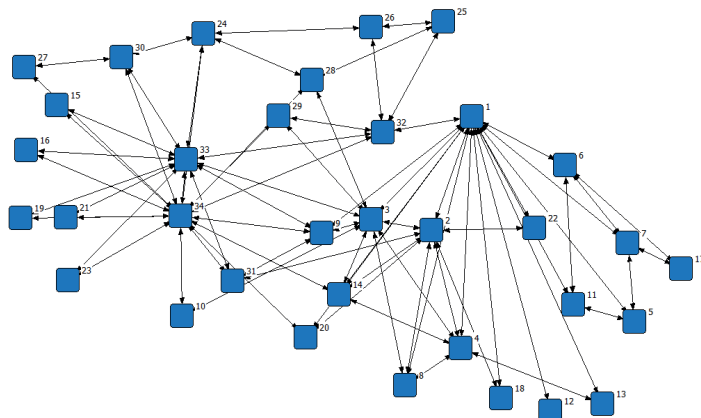
indivíduos, organizações, nações) e padrões de ligação dentro das populações dessas entidades. Contrasta com a maioria das abordagens científicas tradicionais, que normalmente se focam nos atributos de tais entidades (embora os atributos possam ser incluídos no SNA). O interesse pelas relações sociais, pelas suas propriedades e efeitos, remonta às origens da ciência social e, na verdade, até às primeiras filosofias sociais, e as origens da própria SNA podem ser traçadas pelo menos até à década de 1930.

Esta perspetiva tem tido um enorme impulso nos últimos anos, beneficiando de avanços tecnológicos que aumentaram com o poder de computação disponível para os cientistas sociais. Existem atualmente uma diversidade de softwares que oferecem aos analistas de redes sociais uma série possibilidades de análise e configuração das relações sociais.

Recorrer à análise de redes sociais implica que o analista de redes sociais desenvolva: (1) recolha de dados, (2) medidas de rede, (3) funções e posições, (4) redes de ego, (5) métodos estatísticos, (6) métodos mistos, (7) capital social, (8) pequenos mundos, (9) dados grandes, complexos e multimodais, (10) visualização e (11) subgrupos coesos/deteção comunitária.

Cabe ao analista de redes sociais descodificar as relações entre atores e que padrões estruturais emergem entre eles. O foco vai para além para além dos atributos dos indivíduos para, também, analisar as relações entre os atores, como os atores se posicionam na rede, e como as relações são estruturadas em padrões globais de rede. Fazer análise de uma rede social não é, unicamente, o estudo das relações entre pares individuais de nós (díades), nem a mera visualização de garfos (fig.1), mas sim o estudo de padrões no contexto da rede. O contexto mais amplo de cada ligação é de relevância, e as interações não são vistas de forma independente, mas influenciadas pela rede adjacente que rodeia a interação.

Fig. 1 - Grafo ou sociograma



Fonte: autor

A análise de uma rede social remete-nos para uma diversidade de medidas que nos possibilitam a descrição da estrutura. Estas medidas são a seguir apresentadas no exemplo de aplicação da análise de redes sociais à intervenção social.

Análise de redes sociais e intervenção social

Trabalhar em rede é (ou deve ser) uma ambição de todos os trabalhadores sociais. Não só pelas potencialidades de sinergias em recursos materiais, humanos e financeiros, mas também pela possibilidade de olhar para as situações e problemas sociais a partir de diversos ângulos. A perspetiva multidisciplinar que se exige ao trabalho em rede na prossecução de respostas sociais ajustadas a cada realidade é, na minha perspetiva, o principal *upgrade* que se pode fazer à intervenção social.

Lamentavelmente, ainda há em Portugal uma enorme distância no alinhamento entre o discurso e a prática dos interventores sociais. Na definição de estratégias de resolução dos problemas sociais prevalecem, por vezes, lógicas individualizadas, mais ou menos ocultas, que conflituam com os objetivos das organizações

e, noutros casos, ambições pessoais dos interventores sociais que não se compatibilizam com as estratégias de ação coletiva e desempenham uma função de obstáculo, formando “buracos estruturais na rede” (Burt, 1992). A falta de racionalidade e transparência e os interesses ocultos na formulação de respostas sociais são a negação de todo o potencial que a intervenção em rede nos pode fornecer e, fundamentalmente, uma negação da lógica colaborativa que deve imperar na ação.

Para agirmos sobre os problemas sociais temos de encontrar boas alternativas, assentes numa racionalidade consistente e cobertas pela ação coerente que nos indica o caminho onde queremos chegar. Se não soubermos o destino para onde queremos ir, qualquer caminho servirá para nós. Não é esta a lógica que sustenta o planeamento. Planear pressupõe uma escolha do melhor caminho para alcançar os objetivos (Fialho, 2015, p.23).

Colocar a análise de redes sociais ao serviço da intervenção social é contribuir para a clarificação das lógicas individualizadas que imperam a intervenção social e, fundamentalmente, contribuir para o diagnóstico intra e interorganizacional do lado oculto do *iceberg* da intervenção social. Como sabemos, o lado visível da intervenção social corresponde às práticas que são tornadas públicas pelos atores sociais, como por exemplo, opções sobre determinadas respostas sociais ou soluções face aos problemas. O lado oculto, o mais complexo de descodificar, corresponde a opções políticas, jogos de interesse e lógicas de poder que funcionam como elementos desestabilizadores da ação coletiva.

A partir da análise de redes sociais podemos construir um nível de conhecimento mais consistente sobre as lógicas de atuação dos atores e, a partir daqui contribuir para um maior conhecimento da rede, a melhoria dos processos de comunicação na intervenção em rede, a melhoria em termos de eficácia e eficiência da intervenção social e, fundamentalmente, uma maximização da lógica de trabalho, rumo a melhores respostas sociais.

Bem sabemos que esta perspetiva de transparência da ação não será do agrado de todos. Se é certo que as organizações existem para desempenhar uma função social útil, também é certo que as lógicas de ação dos atores nem sempre estão alinhadas com os objetivos organizacionais. Sublinha Merton (1936) que as organizações produzem, de uma forma inevitável, consequências secundárias que vão contra os seus objetivos pré-estabelecidos, isto significa, que são permeáveis à produção de efeitos não desejados. Este lado obscuro das organizações pode ser, parcialmente, descodificado pela análise de redes sociais. Também sabemos que há fatores internos e externos que são de difícil mapeamento e que os atores sociais nem sempre estão predispostos para o mapeamento das suas relações.

A análise de redes sociais é uma ferramenta poderosa para a construção do conhecimento inter e intra-organizacional, fornecendo *insights* sobre os processos de comunicação, articulação, partilha e definição de estratégias conjuntas, tornando transparente um conjunto de lógicas que se encontram ocultas.

O conhecimento, a comunicação e a sua organização social, constituem as dimensões centrais da gestão de conhecimento das lógicas de atuação dos atores. Assumindo esta posição como ponto de partida, o paradigma das redes sociais e o método de análise de redes sociais é amplamente reconhecido como uma abordagem com potencial para analisar, avaliar e influenciar processos de comunicação e transparência das relações sociais, tornando visíveis os “buracos estruturais” da rede (Burt, 1992) e os “laços fortes e fracos” (Granovetter, 1973) que nela se estruturam. Aqui, argumenta-se que a análise de redes sociais é uma ferramenta altamente eficaz para a análise da partilha de conhecimento das redes, bem como para a identificação e implementação de métodos práticos na gestão do conhecimento.

Com a análise de redes sociais é possível avaliar a disponibilidade e distribuição de conhecimento nas organizações e entre organizações, lógicas de partilha e cooperação, jogos de interesse entre os atores, e assim, facilitar:

- Identificação de problemas na interação entre os atores;

- desenvolvimento estratégico do conhecimento organizacional;
- potenciar o conhecimento das fragilidades de interação na rede para intervir na superação das mesmas;
- transferência e conservação sustentável do conhecimento implícito;
- desenvolvimento de competências fundamentais (como a liderança, autoajuda e cooperação);
- criação de oportunidades para melhorar os processos de comunicação entre os atores envolvidos;
- identificação e apoio das comunidades de prática (criadas ou a fomentar);
- harmonização das redes de conhecimento;
- gestão sustentável das relações externas.

Para organizações que prestam serviços às populações mais vulneráveis a análise das redes sociais é uma metodologia poderosa para medir e aumentar o desempenho da partilha de conhecimento útil à resolução de problemas sociais. A obtenção de informações úteis sobre as estruturas da rede e funções, recorrendo a padrões simples de relacionamentos (como quem fala com quem) permite obter resultados que contribuem para:

1. Interpretação de toda a rede;
2. Interpretação dos agrupamentos e componentes;
3. Interpretação das posições individuais.

A partir daqui é possível obter uma diversidade de medidas que contribuem para o diagnóstico da rede:

Quadro 1 - Medidas da rede

Medidas descritivas	
Densidade (<i>density</i>)	É a proporção de laços efetivos entre os laços possíveis. Uma medida do grau de inserção dos atores na rede.
Centralidade (<i>centrality</i>)	Permite obter a localização do ator em relação à rede local
Proximidade (<i>closeness</i>)	Grau de proximidade em relação a outros atores na rede
Intermediação (<i>betweenness</i>)	Permite medir o grau de intervenção de cada ator relativamente a outros atores da rede
Distância geodésica (<i>distance</i>)	Mede o grau de afastamento da localização dum ator em relação a outro
Alcance (<i>reachability</i>)	Mede a extensão do contacto que um ator estabelece com outros atores na rede
Subgrupos (<i>cliques</i>)	Permite medir o grau de concentração e formação de subgrupos numa determinada rede
Medidas estruturais	
Densidade (<i>density</i>)	Mede o grau de coesão e homogeneidade
Transitividade (<i>transitivity</i>)	Mede o grau de flexibilidade e cooperação dum determinada rede
Equivalência estrutural	Mede a posição relativa dum ator na rede
Equivalência regular	Medida menos estrita que a anterior - mede o papel social
Buraco estrutural	Mede o grau de coesão e competição da rede

Fonte: autor

Na análise de redes sociais devem ser utilizadas combinações de medidas de rede de forma a conseguir uma “radiografia” mais fiel das interações entre os atores (análise estrutural). As medidas descritivas são complementares quando se pretende identificar ou comparar o grau de inserção (*embeddedness*) dos diferentes atores.

De acordo com Degenne & Forsé (1999) existem quatro pontos fundamentais que sistematizam a análise estrutural das redes sociais:

- a) A estrutura influi na ação de forma formal através dum fraco determinismo: concentração ou disposição de determinadas estruturas favorece ou facilita a ação para esse caminho;
- b) A estrutura influi nas perceções de autointeresse: o ator percebe mais facilmente as alternativas pessoais de escolha que fazem parte dos seus relacionamentos e por isso fazem mais sentido, objetiva e (inter) subjetivamente;
- c) O princípio da racionalidade: indivíduos racionais tomam as suas decisões como função de interesses pessoais (numa escala de preferências), o que induz à ação;
- d) A estrutura é um efeito emergente das interações sociais: cada interação num sentido reforça o arranjo estrutural desse sentido.

A estrutura duma rede pode analisar-se a partir de diversos indicadores que variam consoante os resultados que o investigador/analista de redes sociais pretende captar. A este propósito, Borgatti (2003) identifica quatro níveis de análise das redes sociais:

- a) Nível das díades: que assenta ao nível da proximidade incrementada e das possibilidades de comunicação;
- b) Nível dos atores: associada às posições que os atores ocupam na rede e os seus níveis de influência;
- c) Nível da rede/grupo: assente na lógica de que as equipas mais coesas agem melhor?;
- d) Díades e atores mesclados: os trabalhadores do mesmo sexo comunicam mais entre si do que com os do sexo contrário?

Por outro lado, para Lazega (1998), o nível de análise da investigação em redes sociais pode caminhar em três sentidos alternativos:

- a) Nível egocêntrico em que se procede a um levantamento das redes do ator a nível individual e se procura comparar indivíduos e explicar algumas diferenças entre eles;
- b) Nível relacional em que se focam as características das díades

des, tríades ou subestruturas intermediárias de nível mais elevado. Procura enumerar as relações entre si (simetria, assimetrias, força de ligação, etc.);

- c) Nível estrutural que procura compreender as posições e papéis dos atores no sistema e descrever a natureza das relações entre as posições.

Para a concretização destes níveis de análise, Lazega (1998) reporta-se a três tipos de dados que devem ser tidos em conta na conceção dum estudo duma rede:

- a) Dados sobre relações (recursos);
- b) Dados sobre os atributos dos atores;
- c) Dados sobre os comportamentos suscetíveis de serem influenciados pela posição dos atores no quadro da estrutura relacional a ser observada.

Os diversos níveis de análise das redes sociais são passíveis de agrupamento em dois grandes grupos. O global e o posicional. Contudo, não existe um consenso generalizado sobre as dimensões mais importantes a utilizar na análise. As dimensões de uso mais recorrente na literatura sobre análise de redes sociais são, segundo Porras (2001):

- a) Tamanho: o número de atores que participam numa rede;
- b) Número de interesses envolvidos na rede;
- c) Coesão o número de interações existente entre os participantes da rede com a sua relação ao seu número potencial;
- d) Intensidade associada à frequência e volume de atributos transacionados;
- e) Estabilidade ou persistência no tempo das relações;
- f) Autonomia ou nível de permeabilidade da rede a atores identificados como externos à rede.

Tal como sublinha Porras (2001) a lógica que subjaz à coesão (*alínea c*) é uma *intuição estrutural*, que se baseia nas relações que

vinculam atores similares e que geram processos de socialização por interação. Por outro lado, também é comum o tipo de *análise posicional*, cujo objetivo é analisar as propriedades relacionais dos diferentes atores em relação ao conjunto da rede. Na base desta análise estão os seguintes princípios: a) O princípio da centralidade que foca o ponto da rede no qual se concentram o maior número de recursos, funções e competências. A partir deste princípio é possível identificar os seguintes atores na rede:

- 1) *Atores centrais* que se encontram situados numa posição de decisão na rede. Participam no quotidiano da rede, ao nível das discussões, através da sua relação simbiótica na definição dos resultados.
- 2) *Atores intermédios* que mesmo sem se situarem no centro da rede, conseguem exercer a sua influência através de alianças com outros atores.
- 3) *Atores periféricos* que se situam nas zonas mais distantes da rede e raramente conseguem influenciar os atores mais centrais;
 - a) O princípio de intermediação. Trata-se da centralidade que é exercida por atores intermediários denominados por «*brokers*». Esta posição no meio de outros atores assume um quadro de poder e controlo das interações de vários caminhos da rede;
 - b) O princípio da proeminência que se caracteriza como a deferência que demonstram o resto dos atores relativamente a um determinado ator;
 - c) O princípio da equivalência estrutural que identifica os linhas de ação uniformes que definem posições sociais, sendo estas ocupadas por atores que são substituídos entre si tendo em conta os seus laços relacionais. Este princípio da equivalência estrutural permite trabalhar com redes complexas e com atores que ocupem posições similares, recorrendo ao «*block modelling*» (Porras, 2001, Fialho, 2020).

Aplicar a metodologia de análise de redes sociais na intervenção social é contribuir para a transparência das lógicas de ação individuais e coletivas dos interventores sociais, tornar transparentes as relações de poder e caminhar para uma maximização dos recursos humanos, materiais e financeiros. Haverá interesse nesta transparência de toda a estrutura de relações sociais?

Referências Bibliográficas

- Barnes, J.A. (1977). "Classes and Committees in a Norwegian Island Parish". In S. Leinhardt (ed.), *Social Networks: A Developing Paradigm*, 233-252.
- Both, E. (1976). *Família e rede social*. 2. ed. F. Alves.
- Bourdieu, P. (1985). *The forms of capital*. In. Richradson, J.G (Ed.), *Handbook of theory and research for the sociology of education*. Greenwood Press.
- Bourdieu, P. (1980). *Le capital social: notes provisoires*. Actes Rech, Sci. Soc, n30.
- Borgatti, S. (2003). "Conceptos Básicos de Redes Sociales". <http://www.analytictech.com/networks>
- Burt, R. (1992). *Structural holes*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Castells, M. (2000). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, vol. 1: A sociedade em rede, São Paulo, Paz e Terra.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede*, São Paulo, Paz e Terra.
- Degenne A. & Forsé, M. (1999). *Les réseaux sociaux; une analyse structurale en sociologie*. Paris: Armand Colin.
- Elias, N. (2004). *A Sociedade dos Indivíduos: a questão cardeal da sociologia*. 2.^a ed. Local: Lisboa. Publicações Dom Quixote.
- Fialho, J. (2023). *Redes Sociais. Ilusão, obsessão e manipulação*. Edições Sílabo. (no prelo).
- Fialho, J. (2020) (org). *Redes Sociais. Como compreendê-las? Uma introdução à análise de redes sociais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fialho, J. (2018). Para onde nos leva a sociedade das redes? *Revista Inteligência Empresarial*, 40. Rio de Janeiro, pp. 5-16.

- Fialho, J., Silva, C., & Saragoça, J. (coord.) (2015). *Diagnóstico social. Teoria, metodologia e casos práticos*. Edições Sílabo.
- Granovetter, M. (1973). "The strength of weak ties", *American Journal of Sociology*, 78.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: an introduction to actor-network-theory*. Oxford New York: Oxford University Press.
- Lazega, E. & Higgins, S. (2014). *Redes Sociais e Estruturas Relacionais*. Brasil: Fino Traço Editora.
- Lazega, E. (1998). *Réseaux sociaux et structures relationnelles*. Paris: Press Universitaires de France, 1ª edição.
- Marteleto, R. (2010). "Redes sociais, mediação e apropriação de informações. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação". v. 3, n. 1. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/149202>, consulta em 08-01-2023.
- Marteleto, R. (2018). Informação, conhecimento e redes sociais no campo da saúde: in Fialho, J., Saragoça, J., Baltazar, M.S., & Santos, M. O. (coord.) (2018). *Redes sociais. Para uma compreensão multidisciplinar da sociedade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Merton, R. (1936). "The unanticipated consequences of purposive social action". *American Sociological Review*, 1 (6), pp. 894-904.
- Molina, J. L. (2001). *El análisis de redes sociales. Una Introducción*, Barcelona, Ediciones Bellaterra.
- Porras M., J. I. (2001). "Cambio Tecnológico y Cambio Organizacional. La Organización en Red". disponível em <http://www.revistapolis.cl/2/porr.htm>, consulta em 04-04-2006.
- Scott, J. (2000). *Social Network Analysis: a handbook*. 2 ed., London, Thousands Oaks, Califónia, Sage Publications.
- Varanda, M. (2000). "A análise de redes sociais e sua aplicação ao estudo das organizações. Uma introdução", *Organizações & Trabalho* n°23, Lisboa, APSIOT-Celta.
- Wasserman, S. & Faust, K. (1998). *Social Networks analysis: methods and applications*, New York, Cambridge University Press.
- Wellman, B. & Berkowitz, S. D. (1988). *Social Structures*, Cambridge/MA: Cambridge University Press.
- Wellman B. (1983). "Network analysis: Some basic principles". So-

- ciological Theory 1, pp.155-200.
- Wellman, B. (1997). El análisis estructural de las redes sociales: del método y la metáfora a la teoría y la sustancia. *Debates En Sociología*, (22), pp. 47-97. Recuperado a partir de <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/debatesensociologia/article/view/6963>, consulta em 02-11-2019.